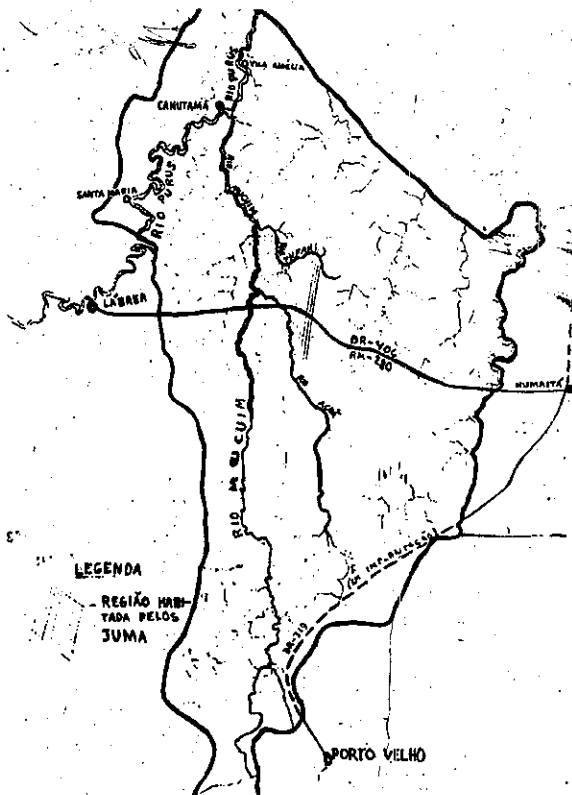


À BEIRA DA EXTINÇÃO

Massacrados em 1964, os Juma estão no fim



Juma: exemplo de dizimação



Nem o delegado da Funai nem a Polícia Federal sabem onde encontrar os Juma. Eles estão aqui

Oito índios. Foi o que restou daquela que foi um dia a poderosa nação Juma, massacrada em 1964 por um grupo de soveiros comandados pelo comerciante Orlando França. A chacina ocorrida no igarapé do Onça, em Tapauá, adquiriu conotações de genocídio e só foi denunciada 16 anos depois.

Após o massacre, os sobreviventes, apenas 9, fugiram temendo novos ataques. Isolando-se cada vez mais na mata, os Juma atingiram o rio Mucuiim, afluente do rio Içua, onde vivem até hoje em avançado estágio de extinção. “No último contato que foi feito com eles, um velho havia morrido e o grupo já era apenas de 8”, revelou o coordenador do Conselho Indigenista Missionário — Cimi — Guinter Francisco Loebens, que até hoje mantém documentos do inquérito instaurado em 1979, que “acabou em nada”.

Os Jumas eram altos e claros. Até hoje andam completamente nus. Seus meios de subsistência eram a agricultura e a caça. Plantavam milho e macaxeira. Eram também conhecidos como Borohá. Os Jumas, reduzidos a apenas 8, se encontram comprimidos numa área que um fazendeiro, Pedro Leite, alega ser sua.

MASSACRE DOS JUMA

Segundo os documentos que estão em poder do Cimi, uma nota oficial de 23 de novembro de 1978, publicada no jornal A Notícia, 4 vereadores de Tapauá inocentavam o prefeito, D. Albuquerque, de participar do assassinato dos Juma, mas reconheciam que houve a chacina, praticada por um grupo de sorveiros.

Na ocasião, o prefeito de Tapauá, Daniel Albuquerque, acusou o comerciante Orlando França de organizar uma expedição com a finalidade de extrair sorva e castanha no igarapé do Onça, no início do ano de 1964. Foi dessa vez que ocorreu o choque armado entre os Juma e os “fregueses de Orlando”.

No desenrolar do inquérito, surgiu uma

testemunha que na época do massacre, morava perto da área dos Juma, mas que, em 1978, quando foi aberto o inquérito, residia em Manaus: Luís Chagas, que declara: “Quando eles chegaram na maloca dos índios não tinha ninguém lá. Então eles tiraram sorva à vontade. Lá pelas 4 horas os Juma voltaram e foi quando eles começaram a matar os índios. Um dos assassinos, Chico Lúcio, contou que eles mataram mais de 60 índios”.

Segundo uma carta que na época em que o massacre veio à tona se encontrava na mão do prefeito Daniel Albuquerque, o grupo de assassinos sob o comando de Orlando França eram: Antônio Branco, Soldado, Antonio Craveiro, Chico Lúcio, Raimundo Guimarães, Noel, Bernardo e Valdemir.

O prefeito de Tapauá, naquele ano de 1978, Daniel Albuquerque, foi acusado de cúmplice do comerciante França. De ter inclusive sobrevoado a área para identificar o local onde seria cometida a chacina. Mas ele negou várias vezes que tenha participado do genocídio.

LEMBRANÇAS E LÁGRIMAS

O bárbaro crime só foi denunciado em outubro de 1978, no jornal O Porantim, órgão de apoio à causa indígena, mantido pelo Cimi. A Polícia Federal chegou a mandar agentes a região do Tapauá, a fim de ouvir as testemunhas.

Segundo ainda o testemunho do sr. Luiz Chagas, não havia motivos para matar os índios, pois eles eram de paz. “Eu morei perto da maloca daqueles índios desde 1907 e eles nunca mexeram comigo nem com meu pessoal. Sempre foram mansos e pacíficos e nunca roubaram nada meu. Depois de muitos anos eu conheci os índios, que eu sempre tive vontade de conhecer. Os índios Mura. Ai nós ficamos amigos, quando eu ia visitá-los, eles me tratavam muito bem e várias vezes foram me deixar lá na minha barraca”.

A medida que foi se investigando o caso,

a chacina e o massacre foram adquirindo conotações de genocídio, pois os assassinos não pouparam nem crianças, nem mulheres e nem velhos. Dizem os relatórios em poder do Cimi, “foi ainda mais grave sobretrudo em razão da mansidão dos Juma, que, por não falaram português, tinham dificuldades de comercialização. Foi então que o comerciante Orlando França resolveu assassiná-los para apoderar-se de suas terras, ricas em sorvas e castanhas”.

Entre os Juma, viveu na época do massacre, um velho missionário, Arnaldo, que iniciou seu trabalho quando esse povo habitava a área que também era conhecida como Trufari, próxima a Tapauá.

Arnaldo assistiu ao massacre de perto e denunciou o caso ao antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). “Depois da chacina, procurou em toda a extensão do rio Mucuiim os sobreviventes, até encontrar o pequeno grupo na cabeceira do Trufari. Dali conseguiu trazê-los para o igarapé Joari, longe das perseguições, onde se propôs a dar assistência”, diz o relatório de Arnaldo.

Relatou o velho missionário, ao Porantim de outubro de 1980, que durante muitos anos os Juma, “apesar de um convívio sexual normal”, não queriam mais filhos.

— Os índios choram quando lembram o massacre — disse o senhor Arnaldo, que segundo o Porantim domina a língua dos Juma, do grupo linguístico Tupi. No entanto, o missionário não conseguiu pesquisar muita coisa sobre os índios e sua história. “A lembrança dos mortos é tão viva que não conseguem falar. Começam a chorar. Eles queriam a paz e a encontraram no Joari”.

Isto foi em 1980. Hoje, as notícias sobre os Mura são desconstruídas. Uns afirmam que o grupo se resume a oito. Outros garantem que eles continuaram se reproduzindo. Outras informações dão conta de que o número é bem pequeno, se encontrando doente e com fome. À beira da extinção.